

COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS E O PAPEL DAS REDES DE INFORMAÇÃO

Edna Lúcia da Silva *

Biblioteca Universitária

Universidade Federal de Santa Catarina

88000 Florianópolis, SC

É abordado o compartilhamento de recursos como uma nova concepção para a cooperação bibliotecária. Analisa o conceito de cooperação e sua base histórico-filosófica e a cooperação bibliotecária como um processo derivativo que segue essas diretrizes específicas. Enfatiza a necessidade de implantação de redes de compartilhamento de recursos para a formalização da cooperação bibliotecária e para que a informação possa servir de instrumento de transformação social, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social dos países.

1. INTRODUÇÃO

No conceito moderno, informação é poder, e talvez somente através dela seja possível atingir o progresso igualitário da humanidade. Isto porque o livre acesso à informação possibilita a formação de seres humanos conscientes, politizados e engajados no processo cultural e social de um país.

A necessidade de informação é característica do mundo atual; a informação é elemento fundamental no processo decisório, em qualquer nível. Assim sendo, o direito à informação é preconizado por organizações internacionais e por todas as instituições democráticas que lutam pelos direitos humanos.

Considerando todos esses aspectos é que as bibliotecas têm procurado encontrar meios que facilitem e aumentem o processo de transferência da informação. Nos últimos anos têm ocorrido não só mudanças estruturais e organizacionais, como também nas próprias atitudes dos administradores, bibliotecários e usuários, visando a melhor performance das bibliotecas para torná-las eficientes instituições sociais. Nesta busca de soluções as redes de informação se impõem como a grande possibilidade para colocar a informação à disposição de todos e, em última análise, contribuir para o desenvolvimento econômico e social de um país.

*Aluna do Curso de Mestrado em Comunicação (Área de concentração: Ciência da Informação) da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO/IBICT.

O presente trabalho objetiva analisar o processo de compartilhamento de recursos através do estabelecimento de redes de informação. A abordagem é iniciada com o estudo da base filosófico-histórica que acompanha o processo cooperativo ao longo dos tempos, como forma de garantir a sobrevivência da humanidade. A seguir é focalizada a cooperação bibliotecária como uma extensão desse processo maior, e seguindo seus princípios específicos. Através da análise das bases de cooperação estabelecida entre as bibliotecas é que se tornou possível resaldar e implantar o compartilhamento de recursos.

O compartilhamento de recursos, uma nova concepção da cooperação bibliotecária, é especialmente estudado nos seus diversos aspectos. O que significa compartilhar recursos e redes de informação é analisado pelo enfoque de diversos autores.

O papel desempenhado pelas redes e a tipologia que podem assumir são abordados, ressaltando-se a sua importância para a implementação efetiva do compartilhamento entre bibliotecas. Os objetivos e as vantagens advindas do processo são avaliados do ponto de vista da questão dos benefícios proporcionados aos usuários do programa. Os principais problemas e barreiras são levantados, enfatizando-se que, sem a superação dessas barreiras, serão inúteis os esforços empreendidos na operacionalização das redes de informação.

Cabe esclarecer que, no contexto deste trabalho, rede de informação é vista em sentido amplo, e significa a formalização do compartilhamento de recursos entre instituições, em qualquer nível, podendo ou não envolver tecnologia. Esse compartilhamento de recursos é o processo pelo qual as funções e recursos são partilhados por várias bibliotecas, com o objetivo comum de melhorar a disponibilidade e o uso da informação. A informação, por sua vez, é recurso básico, e significa todo o conhecimento científico, tecnológico e cultural registrado em qualquer forma que viabiliza a transferência de conhecimento, através dos diferentes canais de comunicação. O termo biblioteca é usado para caracterizar todas as instituições que desempenham um papel como agentes da transferência da informação.

2. COOPERAÇÃO: BASE HISTÓRICO-FILOSÓFICA

Instrumento que age e impera nos mundos animal, vegetal e humano, a cooperação é um processo inerente à própria existência. Os seres vivos têm na cooperação a forma de garantir a conservação e preservação das espécies.

Os insetos denominados sociais, como as abelhas e as formigas, são exemplos clássicos de vida baseada no princípio do trabalho associativo, tenaz e solidário.

A biologia registra a cooperação dos insetos na fecundação das espécies vegetais, entre muitas, em que a participação vai além do simples comensalismo e difere do parasitismo, constituindo-se esplêndido exemplo de coesão e ajuda mútua, útil para ambas as partes (1).

Nos reinos animal e vegetal o sistema de vida é marcado pelo instinto de solidariedade, apoio recíproco, como forma de defesa visando a garantia da sobrevivência e/ou melhores condições de vida para todos.

Na natureza a cooperação atua num processo cíclico, de forma que as plantas geram o oxigênio absorvido pelos animais, que devolvem o carbono para ser absorvido pelas plantas, onde é reiniciado o processo. A manifestação de solidariedade perfeita e cíclica da natureza é responsável pela existência da vida no planeta.

Entre os homens a cooperação é, também, condição para a sua sobrevivência. A cooperação permite ao homem o alcance de seus objetivos, e a sua vida é movida pelo desejo de conquista desses objetivos. O trabalho do homem, em todos os níveis, está voltado para a busca e desejo inato de felicidade; a felicidade significando a supressão de suas necessidades básicas (2).

A busca da felicidade, externada pela tentativa de eliminação das necessidades, requer esforços e impõe certas restrições que poderão ser atenuadas através de um trabalho coletivo. A lei do menor esforço e a consciência de que as ações isoladas constituem meios precários levam o ser humano a buscar no trabalho grupal a forma adequada para solucionar seus problemas, eliminar as dificuldades e satisfazer suas necessidades, consolidando seu projeto de felicidade individual. A cooperação na vida humana surgiu de forma elementar, a partir do momento em que o homem reconheceu suas próprias limitações e descobriu na coesão uma forma para alcançar seus objetivos.

A história da humanidade registra, ao longo de todos os períodos, manifestações de cunho cooperativo. Na antiguidade, as *Orglonas*, as *Tiasas* e os *Colégios* são exemplos de associações cooperativas. As *Frutiéres* da França, as comunidades agrárias *Zadruga*, *Mil* e *Artel* são marcos da Idade Média. Na era moderna as obras de cunho social, *La República*, de Platão (428-437 a.C.), *Utopia*, de Thomas Morus (1478-1535), *A Cidade do Sol*, de Tornasso Campanella (1558-1639), *A Nova Atlântica*, de Francis Bacon (1561-1639), e o *Novo Testamento* ganham notoriedade e inspiram movimentos significativos como as colônias de cunho religioso e as missões jesuítas, onde a cooperação tinha papel preponderante (3).

Constata-se, no processo histórico, a importância efetiva alcançada pela cooperação como forma de proteção, supressão das necessidades e defesa dos interesses individuais com base no espírito coletivo.

A idéia da cooperação como um processo viável de transformação social gerou o cooperativismo doutrina e/ou movimento econômico-social, que sobreviveu arduamente como uma das mais válidas formas de expressão de solidariedade no campo econômico, a partir do movimento de Rochdale, em 1844.

A doutrina "dispõe de um conjunto de princípios, regras e comportamentos, mercê dos quais o homem pode ascender no plano social, político-cultural e econômico" (4).

“O cooperativismo faz do próprio homem sua unidade de ação. Embora o capital e o trabalho não possam estar dissociados, no processo produtivo, é o fator humano a mais importante peça do binômio. Ao homem será oferecida oportunidade de participação, para trabalhar em conjunto com outros homens e aproveitar um capital que é comum a todos, e, assim, aumentar sua produtividade, e, portanto, melhorar suas condições de vida” (5). As diretrizes do cooperativismo buscam uma ordem econômica baseada na liberdade e na fraternidade, e estão inteiramente voltadas ao bem-estar social.

No cooperativismo a noção de lucro é substituída pela noção de serviço e o capital torna-se um meio auxiliar de produção. O êxito dos empreendimentos cooperativos depende do comprometimento das pessoas e da receptividade do meio em relação ao sistema. O sentimento de solidariedade social, a educação para a formação de uma consciência cooperativista e o preparo adequado dos dirigentes e cooperados são fatores decisivos para manutenção do sistema e eliminação dos eventuais obstáculos. A pretensão maior dos empreendimentos cooperativos é corrigir as distorções de ordem social, através do processo econômico, humanizando, assim, o capital.

A versatilidade do movimento possibilita a sua implantação em países com as mais diversas conjunturas políticas, econômicas e sociais e em diferentes atividades da vida humana. Em muitos países a cooperação tem contribuído para elevar o nível de vida, proporcionando distribuição equitativa de riquezas, o que possibilita a ascensão social do ponto de vista material e cultural.

Como um instrumento “capaz de defasar carências e convergir recursos” (6), o sistema cooperativo é perfeitamente aplicável a outras áreas onde as metas sejam dirigidas para o bem-estar do homem, procurando suprir suas necessidades, diminuir as desigualdades sociais, proporcionando a distribuição equitativa dos benefícios sociais e maior acesso aos bens e recursos culturais, que são os verdadeiros patrimônios da humanidade.

3. COOPERAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

A informação é um recurso, um bem com valores social, econômico e político intangíveis. Toda ação ou decisão, em qualquer nível, deve estar fundamentada em informação. A informação acompanha todos os processos da vida humana e os benefícios advindos do seu uso efetivo e facilidade de acesso são reconhecidos por todos.

As bibliotecas, como instituições sociais, têm o compromisso de promover a organização e o pleno uso da informação. A transferência da informação ocupa um papel vital nas funções das bibliotecas, isto porque hoje é um dos mais importantes agentes de transformação social. Neste contexto, onde o nível de importância e o desenvolvimento da informação atingem proporções incalculáveis, as responsabilidades das bibliotecas têm aumentado, a ponto de se exigir dessas ins-

tuições uma organização que possibilite uma prestação de serviços realmente eficaz.

Reconhecendo as limitações de um trabalho isolado e todas as dificuldades de ordem econômica impostas pelo crescimento acelerado da informação, na manutenção de uma coleção completa e atualizada, as bibliotecas têm optado pelo desenvolvimento de trabalhos cooperativos com instituições similares.

A cooperação tem sustentado, através dos tempos, diversas atividades humanas e, por extensão, nada mais justo do que a sua aplicação, também, às atividades de informação.

A cooperação bibliotecária foi, da mesma forma que outros tipos de cooperação, estabelecida espontaneamente. As atividades visavam suprir as insuficiências e as necessidades das bibliotecas e seus usuários. "A tradicional providência de aumento de orçamento para aquisição de material bibliográfico, simplesmente, já não equilibrava mais a demanda sofrida pelas bibliotecas e representava uma medida egoísta e pouco racional da administração dos recursos financeiros e humanos" (7). Desta forma, a cooperação foi a solução encontrada pelas bibliotecas para suprir as demandas de seus usuários, ampliar os recursos informacionais e racionalizar os recursos financeiros.

A cooperação bibliotecária foi iniciada com o processo de empréstimo entre bibliotecas. Nesse processo, a ênfase está na ampla utilização dos acervos. Considerando que as instituições "que recebem diretamente recursos financeiros públicos deveriam se interessar em conseguir um uso mais amplo de sua coleção" (8), a medida é eficaz para o cumprimento desse fim. O acesso aos acervos das diversas bibliotecas proporciona um aumento considerável no acervo de uma biblioteca individual. A disponibilidade coletiva de instrumentos e meios informacionais representa um avanço relativo à democratização do acesso à informação. O partilhamento desse patrimônio e recurso coletivos proporcionará uma maior socialização das instituições informacionais através da solidariedade que se impõe à distribuição mais equitativa desse benefício social.

Quando os esforços cooperativos passam a envolver os acervos das bibliotecas, isto implica que as bibliotecas devem ter um conhecimento mais profundo e detalhado de suas coleções. Cada biblioteca deve conhecer não somente a sua coleção, como também as coleções das outras bibliotecas participantes do processo cooperativo, gerando assim um maior entrosamento com relação aos problemas de seleção e desenvolvimento de coleções. Além dos benefícios do autoconhecimento, o controle de cada coleção proporciona melhorias à cooperação e contribui, por outro lado, para o controle bibliográfico.

As atividades cooperativas devem significar para as bibliotecas mais do que um gesto de boa vontade; são, por assim dizer, uma das maneiras encontradas para garantir a sua própria sobrevivência.

A cooperação entre bibliotecas, no seu início, é desenvolvida sem programação e tradicionalmente sem compromisso formal. A cooperação atinge diversas modalidades de serviços bibliotecários, como catalogação cooperativa, catálogos coletivos de livros e periódicos e aquisição planejada, todas as modalidades tendo como meta principal facilitar e racionalizar o acesso à informação. Uma cooperação eficiente depende das disponibilidades de recursos humanos e financeiros das bibliotecas envolvidas. O esforço cooperativo significa divisão de trabalhos e compartilhamento de resultados. *A racionalização de recursos econômicos é uma consequência natural de todo processo cooperativo.*

A falta de um planejamento global, coordenação e previsão de serviços torna o trabalho de cooperação bibliotecária um tanto quanto frágil e coloca as bibliotecas, às vezes, em situações difíceis. A confiabilidade dos serviços se vê à mercê dos fatores incontroláveis e meramente imprevisíveis, causando, muitas vezes, frustrações aos usuários das bibliotecas.

Assim, a cooperação como processo natural e informal tem sido impulsionada a uma interconexção formal, gerando a implantação de redes de informação, com o estabelecimento de uma política de compartilhamento de recursos eficiente e adequada à realidade social dos órgãos envolvidos.

O processo de compartilhamento de recursos através de redes, o estudo mais aprofundado dos fatores que influenciam o processo e os diversos aspectos envolvidos serão analisados a seguir.

4. O COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS: O PAPEL DAS REDES

A sociedade moderna encontra-se envolvida num processo de mudanças fundamentais, e a informação é o agente catalizador dessas mudanças.

A importância assim conferida à informação propiciou a evolução do conceito tradicional de biblioteca, transformando-a de mero depósito em um centro eminentemente social, de difusão de conhecimentos e informação. Esta evolução acarretou mudanças filosóficas na concepção dos objetivos básicos das bibliotecas, gerando reformas estruturais no seu modo de atuação.

As bibliotecas, que até há pouco dirigiam suas atividades e serviços com a filosofia de propiciar a incorporação (aquisição) de materiais, vêm adotando agora a filosofia de proporcionar acesso a esses materiais. De outro lado, a ampla utilização, total acessibilidade e a adequação das coleções aos usuários são critérios prioritários na adoção desta nova filosofia.

Além disso, inúmeros fatores causaram grande impacto no mundo da informação. O grande número de cientistas vivos e atuantes; a multiplicação das áreas científicas e especialidades técnicas, que incrementa a produtividade intelectual; o crescimento do número de estabelecimentos de ensino em todos os níveis e a melhoria do nível de qualificação dos recursos humanos, que aumenta a força produtiva; a ampliação e a rápida evolução da tecnologia da informação; a

competição acirrada no comércio internacional, que obriga as empresas a manterem complexos sistemas de informação processados por computador, são componentes do quadro informacional desta era (10).

O fenômeno denominado a **explosão da informação** passou, também, a preocupar o mundo da informação no século XX. O aumento assombroso e sempre crescente das publicações técnicas e científicas, principalmente em forma de periódicos, trouxe, além de problemas à atualização corrente dos cientistas, dificuldades às entidades que pretendiam suprir totalmente as necessidades de seus usuários com recursos próprios (11).

O conceito de biblioteca auto-suficiente, devido a esse crescimento exponencial e à fragmentação acelerada do conhecimento, passou a ser encarado como uma utopia pelos administradores conscientes. O próprio aumento nos custos dos materiais, o custo do armazenamento de materiais subutilizados e a crise inflacionária têm exigido uma administração econômica baseada nas análises de cálculo de custos e custo/benefício das operações da biblioteca.

Somam-se, ainda, as exigências crescentes das expectativas dos usuários que, conscientes de seus legítimos direitos, têm exercido pressão constante para a tomada de decisões mais eficazes para solucionar e/ou minimizar a problemática abordada. Diante deste impasse as bibliotecas têm procurado desenvolver ações com base no trabalho cooperativo para o cumprimento de seu objetivo maior: o atendimento efetivo dos usuários.

A cooperação bibliotecária foi, como já explanado, estabelecida a nível informal, tendo atingido um relativo sucesso em decorrência da própria informalidade que, apesar de seus aspectos positivos, traz uma certa fragilidade à sua operacionalização e a torna vulnerável às questões de subjetivismos pessoais e institucionais.

A sistematização e a formalização dos processos de cooperação passaram a ser sentidas como necessárias à delimitação e especificação dos direitos e obrigações das partes envolvidas. Na evolução desse processo, chegou-se à formalização através do estabelecimento de acordos que geraram as efetivas redes de compartilhamento de recursos.

O compartilhamento de recursos, esta nova concepção da cooperação bibliotecária, é a operação pela qual as funções e/ou recursos são partilhados entre bibliotecas operantes. Envolve reciprocidade, acordos, e implica que cada participante terá algo útil para oferecer e todos estão dispostos e têm condição de ceder algo quando necessário (12). Compartilhar recursos é essencial para racionalizar as provisões e disponibilidades de materiais bibliotecários e informação, visando a obtenção de rendimento ótimo de recursos limitados (13).

Decisões multilaterais, serviços multidirecionáveis e mudanças nas funções e atitudes dos usuários e administradores são condições fundamentais para o processo (14). O compartilhamento não poderá ser realizado unilateralmente, e os

objetivos e missões de cada biblioteca participante do programa devem ser respeitados, sendo necessário um ajustamento a esta nova filosofia de trabalho (15).

"Qualquer compartilhamento necessita de uma cooperação inteira e ativa dos participantes, um mecanismo central, uma infra-estrutura para sua sustentação com fundos adequados, uma equipe suficientemente treinada e objetivos claramente definidos" (16). Na verdade, sem determinadas atividades de base e mudanças de mentalidade, muitos esforços poderão ser empreendidos sem proporcionar uma melhoria real nos serviços da biblioteca.

As redes de informação desempenham um papel vital para a efetivação do compartilhamento de recursos; essas redes constituem-se em um grupo de instituições que estabelecem uma intercomunicação com um propósito funcional. Modernamente essa intercomunicação é realizada por meio de computadores e telecomunicações (17). Para Saunders, as redes servem especialmente como "um meio pelo qual um serviço particular de biblioteca e informação pode ter acesso sistemático aos recursos de outras unidades, para beneficiar seus próprios usuários" (18). As redes estão engajadas num modelo comum de troca de informações e/ou materiais e/ou serviços mantidos através de um acordo formal realizado entre várias bibliotecas.

A Unesco apóia inteiramente a formação de redes de informação. Esse apoio está explícito em documentos que determinam o planejamento, a organização, a implantação e a coordenação de redes de informação. O NATIS representa a conceptualização das redes nacionais de informação recomendadas pela Unesco e sugere como atividades de infra-estruturas básicas para a sua implantação: uma política nacional de informação; a conscientização do usuário; a promoção do hábito de leitura; a avaliação das necessidades dos usuários; a análise dos recursos humanos; o planejamento das necessidades tecnológicas; o estabelecimento de uma estrutura legislativa; o financiamento dos programas e o controle bibliográfico nacional (19).

As redes, para a Unesco, estão representadas por "um conjunto de componentes inter-relacionados que, de comum acordo, provêm a transmissão de informação dos produtores aos seus usuários, de conformidade com normas e procedimentos idênticos" (20).

As redes incorporaram a experiência e o desenvolvimento da cooperação bibliotecária, podendo ter ligações de caráter geográfico, por assunto, ou ainda por qualquer modalidade comum a todas as bibliotecas participantes. A organização de redes pressupõe uma coordenação central apoiada por uma infra-estrutura de órgãos participantes.

A concepção ideal para redes de informação é de serem constituídas de três partes coordenadas: 1) um sistema de recursos documentários e informativos que garanta o acesso aos materiais por meio do desenvolvimento de bibliotecas e outras facilidades de informação; 2) um sistema bibliográfico planejado para

garantir uma descrição bibliográfica autorizada e correta de cada item que se possui e que indique a existência desses materiais; 3) um sistema de comunicação de dados bibliográficos e de solicitação de dados e serviços (21).

Para Harward-Williams, "cada país necessita de uma rede de bibliotecas e serviços de informação para possibilitar aos membros da sociedade o cumprimento de seus papéis, não somente como trabalhadores, mas também como pessoas, como indivíduos, como seres humanos cabais atuando mais eficientemente" (22).

A racionalização dos recursos financeiros e a redução dos custos da informação são enfatizados na implantação de redes de informação. Todavia, os benefícios mútuos de caráter intelectual e social são seus maiores e inquantificáveis benefícios. As redes, através do "trabalho integrado e da partilha paralela de seus resultados têm como apoio a crença humana na igualdade de indivíduos" (23).

Para a Unesco, o estabelecimento de redes objetiva oferecer aos "que trabalham em atividades políticas, econômicas, educativas, sociais e culturais o recebimento da informação necessária que lhes permita prestar a toda a comunidade a sua máxima contribuição" (24).

Através do compromisso de cooperação, mantido pelas redes, tem-se a possibilidade de criar uma base de solidariedade autêntica entre as instituições. Estabelecida a solidariedade torna-se mais fácil encontrar soluções e discutir problemas comuns.

Parker aponta como objetivo básico de todos os programas de compartilhamento de recursos o aperfeiçoamento das habilidades das bibliotecas participantes na execução de suas funções básicas de equilibrar as necessidades dos usuários com as fontes de informação (25).

As redes de compartilhamento devem basicamente propiciar acesso aos recursos de outras bibliotecas participantes. A vantagem não está centrada apenas nessa utilidade, mas na grande potencialidade que se cria através dela, como a possibilidade de se usufruir de serviços de especialistas das bibliotecas especializadas participantes do programa e, com isso, melhorar o nível geral dos serviços (26). A obtenção de mais serviços com o mesmo custo ou os mesmos serviços com menos custos pode vir a ser uma vantagem potencial.

No plano inteiramente operacional as redes têm o compromisso de prover serviços para todos os usuários da rede e nas mesmas condições em que eram atendidos pelas bibliotecas individualmente; satisfazer, no mínimo, tantas solicitações para os materiais da rede quanto eram satisfeitos por cada biblioteca; providenciar acesso aos recursos da rede tão rapidamente quanto aos proporcionados pelos equipamentos de localização convencionais; oferecer acesso a uma grande coleção de materiais disponíveis em qualquer uma das bibliotecas da rede; providenciar distribuição de materiais dentro do tempo previamente especificado (27).

Para Kent, as redes devem objetivar propiciar efeitos positivos sobre o usuário em termos de acesso a mais materiais ou serviços, e/ou efeitos positivos em ter-

mos de promover serviços de alto nível a baixo custo, mais serviços com o mesmo custo ou muito mais serviços a baixo custo (28).

As redes visam, principalmente, contribuir para a realização dos objetivos nacionais, não podendo estar isoladas do processo que busca promover o bem-estar e a satisfação pessoal da população (29).

A maior vantagem da implantação de redes deve-se à possibilidade de ampliação do universo bibliográfico e informacional dos usuários das bibliotecas participantes.

As redes deverão proporcionar o aperfeiçoamento da capacidade de recuperação da informação, da remessa de documentos e da prestação do serviço de referência. Através da melhoria dos serviços e das atividades será possível obter-se uma maior eficácia na atuação das instituições, em decorrência do aumento no nível de custo/benefício dos processos informativos.

Além de propiciar maior acesso, as redes possibilitam a expansão de recursos limitados, tendo em vista que o trabalho será dividido e os resultados compartilhados. A especialização dos serviços, a redução das duplicações e a racionalização das tarefas serão vantagens potenciais e inevitáveis.

O trabalho de compartilhamento resultará em um maior relacionamento entre as instituições e na conseqüente melhoria nas suas relações de trabalho, o que levará à superação de dificuldades e problemas com maior facilidade, já que se tem a experiência de cada instituição para ser discutida e avaliada.

O apoio governamental e de instituições como a Unesco e a OEA são fatores positivos que influenciam e motivam a implantação de redes.

O estabelecimento de redes para permitir a cooperação e a colaboração, assim como o uso de novas tecnologias para facilitar o acesso à informação, é visto por Thomé como a única forma de os países menos desenvolvidos diminuir a brecha que os separa dos países mais desenvolvidos (30).

Atualmente os países mais desenvolvidos têm incentivado a formação de redes nacionais e a participação das bibliotecas em redes regionais. As redes se tornaram vitais para que a informação possa estar a serviço do desenvolvimento de um país.

Em síntese, as redes de compartilhamento de recursos objetivam gerar a utilidade social das instituições de informação através da democratização dos processos informativos e da própria socialização da informação.

4.2 — Problemas e Barreiras

A implantação de redes, apesar de ser reconhecida como uma ótima solução para problemas informacionais, é de difícil operacionalização devido aos inúmeros problemas e barreiras que se interpõem sempre que se tenta e se submete as instituições a mudanças radicais.

A resistência a mudanças é característica inata do ser humano. O medo de inovação acompanha os procedimentos no campo profissional, devido à insegura-

rança que impõe aos serviços e aos seus resultados. A receptividade positiva só é atingida após a comprovação efetiva dos benefícios programados.

No campo administrativo as preocupações quanto à implantação de redes estão voltadas para a inevitável perda de autonomia que poderá causar entraves no processo de funcionamento de cada biblioteca em particular. Ao optar pela participação em redes, os administradores terão que redimensionar todos os esforços empreendidos, em favor do trabalho coletivo. As condições de incerteza na administração serão aumentadas devido à complexidade e ao número de organizações com objetivos, programas e situação administrativa diferentes, que estarão participando de um programa comum.

O custo de manutenção também representa uma preocupação para os administradores. As redes necessitam, para a sua sobrevivência, de serviços estáveis e recursos igualmente estáveis. A confiabilidade do programa só será atingida se as atividades previstas puderem ser executadas de modo a não causar frustrações aos usuários do programa.

Os obstáculos podem ser gerados pelos fatores psicológico, físico e geográfico, tradicional e histórico, legal e administrativo, e pela ignorância e inexperiência. No fator psicológico estão incluídos o medo de perder autonomia, divergências de personalidades, a indiferença e a relutância para inovar e experimentar. Nos fatores físico e geográfico se incluem a distância entre bibliotecas e usuários, os problemas de espaço físico, os atrasos na prestação de serviço e a diferença nos tamanhos das coleções das bibliotecas participantes. Nos fatores tradicional e histórico a falta de fundos adequados, sem a devida compensação, a inadequação das bibliotecas para servir a suas próprias necessidades, etc. Nos fatores legal e administrativo estão incluídos a participação de muitas unidades governamentais, as dificuldades de comunicação, falta de controle bibliográfico, a incompatibilidade de regras, equipamentos e procedimentos entre as bibliotecas e a falta de equipe treinada adequadamente, entre outros. A ignorância e a inexperiência são refletidas na falta de conhecimento das necessidades dos usuários e pela imprevisibilidade da demanda legítima, e no fracasso das bibliotecas pequenas na avaliação de recursos para grandes esforços cooperativos (31).

No terceiro mundo os problemas que mais afetam o funcionamento das redes são motivados por: a) restrições econômicas; b) falta de treinamento adequado dos recursos humanos; c) falta de consistência e total descontinuidade dos programas a longo prazo; d) desenvolvimento heterogêneo dos componentes infraestruturais e mudanças de prioridades nos programas governamentais; e) pouca cooperação efetiva entre as instituições, devido, principalmente, à falta de informação relativa ao desenvolvimento de serviços locais; f) falta de objetividade das estratégias do planejamento (32).

Para muitos autores, o principal obstáculo é a falta de pessoal capacitado. Além da capacitação, o que assegurará a manutenção dos serviços das redes é a atitude positiva dos profissionais com relação ao trabalho cooperativo. As redes

só terão sucesso se puderem contar com a convicção das pessoas. O interesse, a boa vontade e o comprometimento do pessoal envolvido tornarão os serviços merecedores da confiança dos usuários.

As rivalidades entre instituições são sérios obstáculos, mas poderão ser superados pela persistência e boa vontade dos bibliotecários. Todavia, problema ainda mais sério é a existência de atitudes não cooperativas, rivalidades pessoais ou profissionais dos bibliotecários nas suas próprias instituições ou de uma instituição para outra (33). Esses problemas são tão sérios que poderão comprometer e inviabilizar todo um esforço e toda a estrutura de uma rede.

As inibições do *browsing*, a irregularidade no tempo de circulação dos materiais, as possíveis implicações de direito autoral, o custo de intercâmbio maior que o de aquisição do material e o inflacionamento do mercado livreiro são apontados como restrições para o funcionamento das redes (34).

Carvalho enfatiza que os principais problemas para a organização de redes são referentes à normalização, aos usuários, e de ordem institucional e financeira. Os problemas institucionais impõem restrições ao grau de participação e envolvimento; os problemas financeiros ligados aos problemas institucionais afetam e determinam o funcionamento efetivo das redes; a normalização permitirá o acesso seguro às informações; os usuários, suas características e necessidades determinam o grau de participação e as atividades necessárias para a plena satisfação de suas necessidades (35).

Outro fator que afeta principalmente os profissionais e determina a sua relutância na organização de redes é ocasionado pelos serviços à distância oferecidos pela rede. A satisfação do bibliotecário, proporcionada pelo seu contato direto com o usuário, é naturalmente prejudicada.

A falta de facilidade de comunicação que permita o desenvolvimento de serviços organizados nacionalmente, os problemas lingüísticos e a excessiva burocracia que sempre acompanha o desenvolvimento dos serviços bibliotecários são entraves que também devem ser mencionados.

Problemas e barreiras certamente estarão presentes na implantação de redes. As questões envolvidas são complexas e o planejamento deverá levar em conta as condições específicas requeridas e os problemas a serem superados para a implantação desse tipo de atividade cooperativa.

4.3 – Tipos e Atividades

O estabelecimento de redes de informação viabiliza-se através de acordos estabelecidos entre as bibliotecas interessadas em tal procedimento. Os acordos definem a tipologia que será assumida, delimitam as responsabilidades, o nível de serviços e sua abrangência.

O nível das redes no plano físico poderá ser determinado em local, regional, nacional ou internacional. Quanto ao nível das atividades, num plano geral pode-se classificá-las em total ou parcial.

Muitas são as classificações para os tipos de redes de informações existentes. Destacamos, entre elas, algumas formuladas pelos autores abaixo.

Kent define, basicamente, quatro tipos de redes de informação. As redes descentralizadas — onde todos os participantes estão em igualdade de condições, isto é, cada participante dispõe de acervos em quantidades iguais e conteúdos diferentes para serem utilizados por todos os participantes; as redes centralizadas (*star*) — onde os materiais estão centralizados em uma única instituição, para uso das demais; redes hierárquicas — onde as necessidades insatisfeitas são repassadas para o centro imediatamente superior na hierarquia organizacional; e as redes mistas, que operam com características combinadas das três citadas acima (36).

Numa perspectiva diferente da anterior e referente às redes automatizadas, Morín distingue dois tipos: “a rede lógica, que visa a constituição de uma base de dados comuns, para a colaboração entre vários centros e (. . .) a rede física, que serve de apoio à informação e se constitui normalmente em complemento para uma rede lógica” (37).

Carvalho dá um outro enfoque. Para ele as redes podem ser: a) redes especializadas, em que os integrantes trabalham numa determinada área de conhecimento; b) redes funcionais, que concentram suas atividades numa etapa determinada do fluxo de transferência da informação; c) redes institucionais, onde os integrantes possuem ligações administrativas com uma mesma instituição (38).

Monte-Mór destaca três tipos de redes existentes nos Estados Unidos: a) as empresas bibliográficas (*bibliographic utilities*) — que mantêm grandes bases de registros bibliográficos em computador, operando *on-line*, para apoio às atividades de processamento técnico das bibliotecas; b) os centros de serviços (*service centers*) — que exploram comercialmente certas atividades em âmbito local e sob contrato com as primeiras; c) aquelas que se dedicam à recuperação da informação por assunto e que executam serviços de referência (39).

Perry apresenta outra tipologia classificando as redes em: a) redes locais para cooperação da informação — cujas funções e serviços variam conforme a área em que atuam; b) redes para automação da informação — onde as instituições são integradas para o desenvolvimento de um plano comum para automação; c) redes para a distribuição de documentos — que operam para facilitar o intercâmbio e atuam através de um catálogo coletivo; d) redes para recuperação da informação — que operam com sistema *on-line* para proporcionar acesso aos materiais; e) redes de informação e inteligência — que operam um serviço especial de informação já previamente analisada (40).

Muitas outras tipologias poderiam ser abordadas, pois as perspectivas dos diversos autores permitem uma classificação variada. Porém, independente da tipologia que assumem, as redes são avaliadas pelas atividades e serviços que proporcionam. Os benefícios são avaliados a partir dos serviços prestados e das atividades desenvolvidas.

Existem inúmeros serviços e atividades desenvolvidas, hoje, pelas redes de informação. Entre estes, estão os serviços de consulta, que remetem o usuário às fontes de informação apropriadas; os serviços bibliográficos, que proporcionam informação secundária sobre documentos publicados, o que possibilita ao usuário a localização do material de seu interesse; serviços que proporcionam ao usuário acesso completo ao documento, em sua forma original ou reproduzido; serviços de informação sobre as investigações em curso, e que oferecem dados sobre inovações recentes e sobre projetos de investigações em curso, antes que estejam disponíveis em documentos definitivos; bancos numéricos estatísticos e outros dados numéricos; serviços de análises, que aliviam a informação num campo relativamente especializado, em função de seu significado e precisão, e oferecem os resultados das análises na forma de dados consolidados ou reestruturados; serviços de perguntas e respostas, que proporcionam respostas rápidas e personalizadas a uma investigação específica; serviços de ampliação, que buscam soluções para os problemas de informações não atendidas pelos serviços acima; serviços de tradução, para eliminar as eventuais dificuldades lingüísticas, e que está relacionado a todos os serviços descritos (41).

Algumas redes concentram suas atividades em funções básicas, como: aquisição, processamento, armazenamento e serviço de distribuição. Mas os aspectos dominantes se referem à área de processamento e distribuição de serviços, havendo experiências significativas na área de aquisição e armazenamento de materiais (42).

Para Thomé, as atividades passíveis de serem compartilhadas são: catalogação, aquisição, empréstimo entre bibliotecas e serviços de referência; num nível mais elevado é colocada a preparação de resumos e dos índices analíticos (43).

White lista onze atividades que podem ser compartilhadas: 1) serviços técnicos/catalogação; 2) aquisição/desenvolvimento de coleções; 3) circulação; 4) referência/busca bibliográfica/recuperação da informação; 5) controle de seriados; 6) empréstimo entre bibliotecas/duplicação de materiais; 7) entrega de documento/entrega de informação; 8) armazenamento/preservação; 9) compartilhamento de recursos (humanos, financeiros e materiais); 10) comunicação e publicidade; 11) educação continuada (44).

O armazenamento cooperativo aparece como uma solução viável para os problemas que afligem as bibliotecas. Nos Estados Unidos um plano para o estabelecimento de centros nacionais de armazenamento cooperativo destinado à guarda de materiais pouco utilizados nas bibliotecas parece oferecer viabilidade. O centro viria a resolver a questão de espaço físico, eliminar despesas de manutenção, por várias bibliotecas, de materiais pouco utilizados, garantindo a preservação dos materiais para o uso eventual de todas as bibliotecas (45).

Todas as atividades e serviços mencionados poderão ser partilhados em menor ou maior escala, através das redes de informação; os níveis de serviços estarão explícitos nos acordos mantidos pelas bibliotecas participantes. O critério

de seleção das atividades a serem desenvolvidas será baseado nas condições e necessidades de cada biblioteca. Há a possibilidade de as redes operarem com compartilhamento total de recursos; todavia, esse procedimento requer um maior empenhimento de esforços e um maior financiamento para a sua operacionalização.

Não resta dúvida que, na situação atual, há uma tendência para que as bibliotecas passem a operar em sistemas de redes de compartilhamento de recursos. O estabelecimento de redes de informação significa, para as bibliotecas, a garantia de desenvolvimento satisfatório de serviços, sem desperdício de recursos escassos. Na medida em que as redes proporcionam uma maior democratização no acesso à informação, as bibliotecas assumem o seu papel social, prestando, desta forma, uma contribuição decisiva para o desenvolvimento econômico e social dos países.

Artigo recebido em 23.08.85.

Agradecimentos:

Agradecimentos especiais à Professora Nice Menezes de Figueiredo pela orientação deste trabalho.

Abstract:

Resources sharing and the role information networks.

The concept resource sharing is viewed as a new concept for library cooperation. Historical and philosophical analysis of the concept of cooperation and of library cooperation. It is stressed the need for the implementation of resource sharing networks to establish a more effective cooperation among libraries with the ultimate aim to put the information at the service and as an instrument of social change contributing for the economic and social development of the countries.

REFERÊNCIAS

1. LEITE, E. T. Aspectos e problemas do cooperativismo. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, 16 (204): 33, mar. 1972.
2. KLAES, L. S. O ideário cooperativo e sua influência no movimento e na legislação cooperativista brasileira. Florianópolis, UFSC, 1982. f. 12. /Dissertação de Mestrado em Administração.
3. Idem, f. 12-3.
4. Idem, f. 52.
5. Idem, f. 16.
6. ALMEIDA, O. & TELLES, S. de S. O sistema cooperativo e a Biblioteconomia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1. Salvador, 1980. *Anais...* Salvador, FEBAB, 1980. v. 2, p. 1092.
7. MONTE-MÓR, J. Cooperação bibliográfica nos Estados Unidos e seus reflexos no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, 11 (2): 258, jul./dez. 1983.
8. KAEGBEIN, P. As bibliotecas como sistemas especiais de informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 7(1): 28, jan./jun. 1979.
9. EVANS, G. E. Cooperation and collection development. In: ———. *Developing library collection*. Littleton, Libraries Unlimited, 1979, p. 264.
10. CUNHA, M. B. da. Sistemas de Informação no planejamento para o desenvolvimento. *CRB. 9 – Informativo*, Curitiba, 7(2): 7, abr./jun. 1979.

11. CARVALHO, M. B. G. P. de. Organização de redes de informação. In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA FID/CLA, 5. Rio de Janeiro, 1980. *Anais*. . . Rio de Janeiro, IBICT, 1980, v. 1, p. 3-4.
12. KENT, A. The goals of resource sharing in libraries. In: ——— & GALVIN, Thomas, ed. *Library resource sharing*. New York, Marcel Dekker, 1976, p. 15.
13. SAUNDERS, W. Library and information objectives: the role of networks. In: SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO DE REDES NACIONAIS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. Brasília, 1979. *Anais*. . . Rio de Janeiro, The British Council, 1979. p. 5.
15. Idem, p. 15.
16. KHURSHID, A. Resource sharing of university libraries of Pakistan. *Herald of Library Science*, 21 (3/4): 176, jul./oct. 1982.
17. THOMÉ, M. V. El apoyo de la OEA a los sistemas de información: desarrollo de redes de bibliotecas y centros de información. In: CONGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO DA FID/CLA, 5. Rio de Janeiro, 1980. *Anais*. . . Rio de Janeiro, 1980. v. 2, p. 5.
18. SAUNDERS, op. cit. p. 14.
19. CARVALHO, op. cit., p. 10-11.
20. CUNHA, L. G. C. da. Sistemas e redes de informação. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 6(1): 36, 1973.
21. THOMÉ, op. cit., p. 5.
22. HARWARD - WILLIAMS, P. Apud MIRANDA, Antônio. *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento*. Brasília, LTC/EDO, 1977. p. 35.
23. CUNHA, op. cit., p. 41.
24. NATIS Notícia. *Boletín de la Unesco para las bibliotecas*. Paris, 29(3): 122, mayo/jun. 1975.
25. PARKER, J. S. Library resource sharing in developing countries: objectives and obstacles. In: VERBLIET, H. O. L. *Resource sharing of libraries in developing countries*. München, Saur, 1979. p. 13-21.
26. KHURSHID, op. cit., p. 171.
27. MONTGOMERY, K. L. Library resource sharing networks; problems needing attention. In: KENT, Allen & GALVIN, Thomas, ed. *Library resource sharing*. New York, Marcel Dekker, 1976. p. 137.
28. KENT, op. cit., p. 15.
29. SAUNDERS, op. cit., p. 1-2.
30. THOMÉ, op. cit., p. 11.
31. KHURSHID, op. cit., p. 172.
32. ALMADA DE ASCENCIO, M. Tecnologia de hoje: o ponto de vista do Terceiro Mundo. *Revista Latino-Americana de Documentação*, Brasília, 2(2): 21, jul./dic. 1982.
33. PARKER, op. cit., p. 19.
34. KENT, op. cit., p. 29.
35. CARVALHO, op. cit., p. 7-9.
36. KENT, op. cit., p. 28.
37. MORIN, M. F. Gestion de sistemas de información. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 6(1): 30, 1977.
38. CARVALHO, op. cit., p. 7.
39. MONTE-MÓR, op. cit., p. 264.
40. PERRY, B. J. *The development of networks in the English-speaking world and Europe: the contribution of the British Library Research and Development Department*. Montreal, IFLA GENERAL CONFERENCE, 1982, p. 3-5.

41. UNESCO. Las redes internacionales de información y el papel que desempeñan en la transferencia de las experiencias educativas. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, Paris, 32(4): 256, jul./ago. 1978.
42. KENT, op. cit., p. 26.
43. THOMÉ, op. cit., p. 8-9.
44. WHITE. B. Cooperatives and networks: a preliminary survey and suggested sources of information. MARKUSON, Barbara Evans & WOOLS, Branch, ed. *Networks for networks: critical issues in cooperative library development*. New York, Neal-Schuman, 1980. p. 325.
45. MULLER, R. M. Toward a national plan for cooperation storage and retention of little-used library materials. In: KENT, Allen, ed. *Resource sharing in libraries: shy, how, when, next action steps*. New York, Marcel Dekker, 1974, p. 127.